

**ATA DA 42ª REUNIÃO DA
CÂMARA TÉCNICA DE ASSUNTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS,
REALIZADA EM BRASÍLIA/DF**

DATA: 29 e 30/01/2003

Início: 9:50 h

Término: 18:10 h

PARTICIPANTES:

Ministério do Meio Ambiente: Julio Thadeu Silva Kettelhut (julio.kettelhut@mma.gov.br)

Ministério da Justiça: Hugo Suarez (hugosuarez@mj.gov.br)

Ministério da Integração Nacional: Fernando M. Cabral de Vasconcellos Filho
(fernando.cabral@integracao.gov.br)

Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República: (ausência)

Agência Nacional de Águas: Jorge Thierry Calasans (thierry@ana.gov.br)

Conselho Estadual de Recursos Hídricos - região Sudeste: Maurício Lenzi Brandão
(mlbrandao@sp.gov.br)

Conselho Estadual de Recursos Hídricos - região Nordeste: Jessé Cláudio de Lima Costa

Prestadoras de serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário: (ausência justificada)

Concessionárias e autorizadas de geração hidrelétrica: Sonáli Cavalcanti Oliveira (sonali@chesf.gov.br)

Indústrias: Maria Luiza Werneck (mwerneck@cni.org.br)

Pescadores e usuários de recursos hídricos com finalidade de lazer e turismo: (ausência)

Comitês, consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas: Fernando Antônio Rodrigues Neto (bpp@daee.sp.gov.br)

Organizações não governamentais: (ausência justificada)

CONVIDADOS:

Adriana Niemeyer Pires Ferreira – ANPF (driniemeyer@bol.com.br)

Décio Michellis Jr. – Grupo Rede / Enerpeixe (rela@zaz.com.br)

Flavia Gomes de Barros – ANA (fbarros@ana.gov.br)

João Carlos de Carli Filho – CNA (jcarlos@cna.org.br)

Marcelo de Deus Melo – CEMIG (mdeus@cemig.com.br)

Maria Cristina Yuan – IBS (crisyuan@ibs.org.br)

Patrícia Helena Gambogi Boson – IBRAM (tita@net.em.com.br)

Reginaldo Pereira Miguel – ANA (reginaldo@ana.gov.br)

Roberto Alves Monteiro – SRH/MMA (roalmonte@ig.com.br)

Rosa H. Martins – CETESB / SP (rosam@cetesb.gov.br)

Rosana Garjulli – ANA (rosana@ana.gov.br)

RELATORES:

Luiz Cláudio de Castro Figueiredo (sec.executiva@cnrh-srh.gov.br)

Wilson de Azevedo Filho (sec.executiva@cnrh-srh.gov.br)

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

DATA: 29/01/2003

Início: 9:50 h

Término: 18:10 h

Às nove horas e cinquenta minutos do dia vinte e nove de janeiro de 2003, o Dr. Julio Thadeu, Presidente da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais - CTIL, iniciou a 42ª Reunião. Deu boas vindas a todos e anunciou que o Dr. João Bosco Senra, novo Secretário de Recursos Hídricos do MMA, viria a reunião para tecer comentários sobre as diretrizes que o Ministério e a SRH pretendem adotar. Dando início a discussão dos itens de pauta (**Anexo I**), solicitou a aprovação das minutas das atas da 38ª; 39ª; 40ª e 41ª reuniões da CTIL. A ata da 38ª reunião foi aprovada sem modificações. Neste momento, o Dr. João Bosco adentrou no recinto. O Dr. Julio Thadeu interrompeu os trabalhos e fez a apresentação do Secretário de Recursos Hídricos do novo Governo. O Dr. João Bosco agradeceu e falou sobre a intenção de comparecer as reuniões das CTs do Conselho. Em seguida, discorreu sobre as principais diretrizes balizadoras dos trabalhos do MMA, definidas pela Ministra: a transversalidade, como forma de permear a questão do meio ambiente entre todos os ministérios e também internamente no MMA e suas secretarias; a busca do desenvolvimento sustentável na perspectiva de "como pode fazer" e não apenas "não pode fazer"; o controle social, diretriz fundamental que busca a participação da sociedade nas ações de governo e que tem o CNRH e comitês como principais ferramentas. Destacou a prioridade para a publicação da alteração do Decreto nº 2.612, de 1998, que amplia a

participação no CNRH. Disse que a Ministra estaria procurando formas para viabilizar a transmissão pela televisão das reuniões do CNRH e do CONAMA, objetivando valorizar os trabalhos destes Conselhos. Colocou-se então à disposição para perguntas. A Dra. Cristina Yuan questionou se a renovação pretendida no CNRH estaria abrangendo os mandatos atualmente em vigor. O Dr. João Bosco disse que a intenção seria realizar uma reunião do CNRH em março, na Semana da Água, quando todos os Conselheiros seriam empossados para um novo mandato. A Dra. Cristina Yuan perguntou se havia o intuito de acompanhar a tramitação do PL nº 1.616. O Dr. João Bosco esclareceu que a pretensão seria fazer discussão específica sobre o assunto, com a integração de outros ministérios, em momento oportuno. A Dra. Cristina Yuan destacou também a necessidade de integração entre as atividades do CNRH e do CONAMA. A Dra. Maria Luiza concordou e salientou a importância da definição das competências dos dois Conselhos, como forma de evitar sobreposições. O Dr. João Bosco assentiu e disse que a definição dos limites seria muito importante e que a integração deveria ser estimulada pela União, como coordenadora do SISNAMA. O Dr. Julio Thadeu disse, como Presidente da CTIL, que gostaria de dar as boas vindas ao Dr. João Bosco e afirmar que a administração que se inicia poderia esperar importantes contribuições vindas desta CT. Salientou que a CTIL trabalha de forma democrática, procurando sempre o consenso na aprovação das matérias e com a intenção de cooperar na construção do sistema. O Dr. João Bosco agradeceu e disse que o desafio era muito grande e que certamente contaria com a colaboração dos trabalhos de todas as CTs. Neste momento, pediu licença e se retirou da reunião. Dando continuidade, o Dr. Julio Thadeu retornou à aprovação das atas: a ata da 39ª e da 41ª reunião foram aprovadas com modificações, e a ata da 40ª reunião foi aprovada sem modificações. Em seguida, foram feitos questionamentos sobre a alteração do Decreto nº 2.612, de 1998. O Dr. Julio Thadeu esclareceu que o Decreto deveria sofrer adaptações motivadas pela nova realidade institucional; disse que fora respeitada todas as decisões do CNRH. A Dra. Patrícia se reportou a reunião da CT de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos – CTCOB, onde foi evidenciada a necessidade da discussão de alguns pontos conceituais importantes relativos ao Conselho, como as questões da representatividade e da participação dos comitês; à participação da entidade implementadora da política de recursos hídricos no CNRH; externou sua preocupação com a supressão, em alguns estados, das secretarias de recursos hídricos e indicou o papel do CNRH como orientador das ações do sistema. Prosseguiu salientando a necessidade de definição de regras para articulação entre os órgãos e entidades do SINGREH, assim como das competências do CNRH e CONAMA, inclusive em áreas comuns. Indicou que a definição destes temas conceituais seria importante para a continuidade das discussões da proposta de Resolução e propôs que, da mesma forma que na CTCOB, fossem rediscutidas na CTIL estas e outras questões conceituais básicas. O Dr. Julio Thadeu colocou a proposta da Dra. Patrícia em discussão; disse que poderiam ser identificados os pontos citados como polêmicos, os quais seriam discutidos antes da revisão da Resolução nº 5 como um todo. A Dra. Rosana sugeriu a confecção de pauta com discriminação dos pontos a serem discutidos. Com a concordância de todos, foram discutidos e elencados os seguintes temas, não obrigatoriamente em ordem de importância: **1- representatividade no CNRH e nos comitês; 2- abrangência das normas do CNRH; 3- regras de articulação "regulamentação" dos artigos 4º e 35, inciso I, da Lei nº 9.433, de 1997; 4- relação institucional entre comitês de bacia e comitês de suas sub-bacias; 5- limites de competência do CNRH e CONAMA; 6- estratégias para implementação do SINGREH (estrutura institucional dos Estados); 7- dominialidade das águas x fundamentos e diretrizes.** O Dr. Fernando Rodrigues opinou que a discussão deveria ser centrada na forma de articulação para que a política fosse efetivamente nacional. O Dr. Hugo, por sua vez, destacou o bom funcionamento dos comitês como ponto central do sistema. Às 12:30 horas, foi proposta pausa para almoço. O retorno ocorreu às 14:30 horas, com o Dr. Julio Thadeu solicitando a definição dos temas prioritários dentre os discriminados no período da manhã. Após discussões, foi mantida a ordem conforme listado anteriormente. Assim sendo, foram abertas as discussões sobre parte do primeiro tema, que foi subdividido em duas partes: - representatividade no CNRH, e - representatividade nos comitês. Houve consenso de que não caberiam questionamentos referentes a representatividade dos órgãos de governo, que tem seus representantes indicados pelos respectivos titulares das pastas. Com relação aos conselhos estaduais também foi feita a mesma observação, com a ressalva de que a Secretaria Executiva precisaria estudar formas para tornar mais efetiva a presença física dos representantes indicados. O Dr. Julio Thadeu disse que a Secretaria Executiva pretendia promover encontro dos secretários estaduais de recursos hídricos e que esse certamente

seria um dos pontos em discussão. Com relação aos atrativos para a presença dos representantes dos conselhos estaduais, foi dito que, como o CNRH estabeleceria diretrizes gerais de caráter nacional, ficaria evidente o interesse dos estados em participar das discussões. Desta forma, passou-se à discussão da representatividade dentro dos setores usuários e das organizações civis. O Dr. Roberto disse que o processo atual para escolha dos representantes desses segmentos teria caráter amplo e democrático. O Dr. Regazzi opinou que a Resolução nº 14 seria perfeita até o artigo 4º e que após, ela entraria em detalhamento inoportuno. O Dr. Julio Thadeu esclareceu que a intenção primeira seria proporcionar um processo de escolha aberto. As discussões subsequentes giraram em torno do processo de escolha estabelecido pela Resolução nº 14. A Dr. Cristina Yuan sugeriu uma revisão dos critérios estabelecidos na referida resolução. A Dra. Maria Luiza complementou dizendo que a representação da CNI no CNRH, seria institucional e constitucional (art. 8º, inciso III, da Constituição Federal). O Dr. Julio Thadeu voltou a ressaltar a importância da transparência do processo de escolha e da possibilidade de participação do pequeno usuário. A Dra. Patrícia lembrou que a forma atual teria sido utilizada também em processos de escolha de membros dos comitês, em especial o do São Francisco, onde, disse, teriam ocorrido conflitos e distorções. Com isso, destacou, ficaria óbvia a necessidade de regulamentação mínima do processo de escolha objetivando uma maior representatividade dos membros no Conselho. A Dra. Rosana observou que o artigo 39, da Lei nº 9.433, de 1997, estabelece que os comitês são compostos, dentre outros, por representantes "dos usuários das águas de sua área de atuação", e que a Resolução nº 5, do CNRH, diz que os mesmos deveriam ser eleitos por seus pares; enfatizou a importância da observância dos princípios democráticos em sua integralidade. O Dr. Jessé e o Dr. Maurício observaram que, de um modo geral, nem todos os sindicalizados se sentiriam representados pelas respectivas entidades. O Dr. Fernando disse que o ponto de vista defendido pela CNI se apoiaria no contexto constitucional; entretanto, ressaltou, certamente existem setores que não se sentiam representados. Disse que, nestes casos, o processo eletivo iria confirmar a representatividade das entidades representativas, além de legitimar as futuras ações do eleito. Concluiu dizendo que problemas dessa ordem deveriam ser resolvidos internamente pelos setores. O Dr. Julio Thadeu concordou e opinou que a reunião para tais definições deveria ser pública. A Dra. Patrícia disse que proposta seria a condução do processo eletivo pela CNI. A Dra. Cristina Yuan ressaltou que, para o caso de uma vaga para representação de um setor, uma confederação seria a melhor escolha; afirmou que o processo atual não seria democrático, uma vez que a divulgação não atingiria todo o país e que a participação de estruturas organizadas seria imprescindível. A Dra. Maria Luiza disse que, nessa forma de processo eletivo, a legitimidade da CNI estaria sendo contestada. O Dr. Jessé destacou a importância da ocorrência de processo eletivo. O Dr. Julio Thadeu disse que, particularmente, entendia a CNI como excelente representante do setor; entretanto, reafirmou que a transparência seria uma das premissas básicas para a confiabilidade do processo, uma vez que existiam entidades que não eram filiadas ou não se sentiriam representadas pela CNI e que deveriam ter a oportunidade de expor seus pontos de vista durante o processo eletivo. Disse ser contrário a não realização de assembleias, que seriam a forma de legitimação das ações dos eleitos; destacou ainda, que a própria CNI seria, no caso atual, como detentora da vaga de conselheiro titular, a condutora da assembleia eletiva. A Dra. Sonáli disse que todo processo eletivo precisaria de um mínimo de organização e diretrizes, o que era plenamente proporcionado pela Resolução nº 14; citou pontos da resolução que legitimariam sua opinião. Destacou que o importante seria se trabalhar para que a representatividade fosse efetiva dentro do processo eletivo. Disse ainda que, da forma explicitada na Resolução nº 14, exemplos como o da CNI, seriam o desaguar natural de um processo eletivo; alertou que precedentes poderiam ser criados com a não realização de assembleias. A Dra. Cristina Yuan disse que a CNI exerceria a representatividade relativa ao setor usuário da indústria. O Dr. Wilson ponderou que não se poderia estabelecer que a indústria seria representada pela CNI no CNRH; ressaltou a necessidade da realização do processo eletivo. O Dr. Julio Thadeu destacou que a Secretaria Executiva divulgava o processo eletivo e não participava das assembleias, apenas dava o suporte necessário para a realização das assembleias. Disse entender que a Dra. Maria Luiza estaria defendendo a não realização de processo eletivo para o caso do segmento das indústrias. A Dra. Patrícia disse que o processo deveria ser conduzido pela CNI e sugeriu que fossem estabelecidos parâmetros que qualificassem as inscrições para o processo eletivo. O Dr. Julio Thadeu lembrou que a exigência de outorga de uso da água seria uma tentativa de caracterização de usuários; disse que a participação não deveria ser cerceada. O Dr. Jessé concordou com a necessidade de transparência do

processo para minimizar as distorções. A Dra. Rosana disse que também para o caso dos comitês ocorreram distorções relacionadas tanto pela aglutinação de setores não relacionados quanto pela questão do voto único. Ressaltou que o próprio funcionamento dos comitês deveria levar a novas soluções. A Dra. Sonáli citou o artigo 10 da Resolução nº 14, "*a metodologia de escolha será objeto de decisão dos habilitados durante a respectiva Assembléia*", e lembrou que o coordenador do processo poderia levar para a Assembléia metodologia que previsse uma sistemática de qualificação. O Dr. Jessé concordou e destacou que o primeiro filtro já estaria estabelecido: setor industrial consumidor de água bruta; disse que cada segmento teria autonomia para construir sua representatividade. O Dr. Julio Thadeu questionou se a Dra. Maria Luiza estaria defendendo a não realização de processo eletivo para escolha do representante da indústria, sendo a CNI indicada como representante. A Dra. Maria Luiza confirmou e disse entender que o processo atual questionaria a legitimidade da CNI em representar a indústria no CNRH. Os trabalhos do primeiro dia de reuniões foram encerrados, às 18:10 horas.

DATA: 30/01/2003

Início: 9:50 hs

Término: 17:30 hs

Às nove horas e cinquenta minutos do dia trinta de janeiro de 2003, o Dr. Julio Thadeu, Presidente da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais - CTIL, iniciou o segundo dia de trabalhos da 42ª Reunião. As discussões foram retomadas sobre o mesmo assunto: a representatividade no CNRH. Foi proposto pelo Dr. Wilson que, para o caso dos segmentos dos usuários e das organizações civis, deveria ser facultado a cada segmento a proposição de regras para o seu próprio processo eletivo, sendo então levado este produto à Plenária do Conselho, para análise e aprovação. O Dr. Julio Thadeu disse que esse procedimento seria um avanço em termo de fóruns como o Conselho; entretanto, ressaltou, demandaria tempo para ser concluído, não podendo ser implementado para esta eleição. Foi sugerido que a Secretaria Executiva entrasse em contato com cada conselheiro e desse um prazo para a discussão do assunto, dentro de cada segmento representado no CNRH. A Dra. Patrícia disse que poderia ser elaborado um cronograma, no âmbito da CTIL, que definiria um processo coordenado pela Secretaria Executiva; disse que a representatividade não poderia ser medida pelo número de votos e, com isso, justificou a necessidade de parâmetro para qualificação. O Dr. Décio opinou que seria justo que os setores mais organizados tomassem a frente dos processos decisórios; enfatizou que o Conselho precisaria sair de uma posição reativa e tentar antever os problemas com, por exemplo, a realização de debates e estudos sobre a geopolítica da água. A Dra. Patrícia assentiu e salientou que neste ponto estaria evidenciada a necessidade da transversalidade citada pelo Secretário de Recursos Hídricos. Após debates, ficou decidido que a "**geopolítica dos recursos hídricos**" seria mais um item a ser discutido, somando-se aos sete itens elencados no dia anterior. Referindo-se aos conselhos estaduais, a Dra. Patrícia destacou que caso o representante indicado para este segmento no CNRH, não fosse o secretário responsável pela gestão de recursos hídricos nos estados, esse não teria força política para viabilizar tal transversalidade. Foi solicitado à Secretaria Executiva que tornasse disponível no site o quadro de frequência das reuniões do CNRH. O Dr. Décio advertiu que o CNRH ainda não teria assumido sua atribuição de decidir sobre as prioridades de aplicação dos recursos oriundos da cobrança pelo uso da água; disse que esta e outras questões ratificariam a necessidade de postura proativa do Conselho. Encerrada as discussões sobre este item, passou-se a discussão de outro item: "regras de articulação - regulamentação dos artigos 4º e 35, inciso I, da Lei nº 9.433, de 1997". A Dra. Patrícia destacou a articulação como imprescindível para que o todo o sistema funcionasse; disse que prioridades, como a implementação do instrumento de outorga nos estados, deveriam ser definidas. Com os debates ocorridos, ficou evidenciado que os itens 1 a 7 elencados estavam interligados. A Dra. Maria Luiza disse que as deliberações do Conselho, uma vez assumidas como diretrizes gerais, deveriam ser observadas pelos conselhos estaduais na elaboração de suas normas. O Dr. Julio Thadeu opinou que as resoluções não estariam sendo seguidas por desconhecimento de sua existência; falou sobre recente publicação da SRH/MMA contendo as deliberações do CNRH e sobre a pretensão de encaminhá-la ao judiciário. Com base no acima explicitado, foi decidida a criação de Grupo de Trabalho para preparar minuta de resolução, que sugira modificação do texto das resoluções existentes, e que faça parte das próximas, a indicação do caráter nacional das deliberações do CNRH. O Grupo foi formado pela Dra. Maria Luiza e pelo Dr. Wilson. Neste momento, às 12:30 horas, foi solicitada pausa para almoço. O retorno ocorreu às 14:30 horas, com a discussão da questão da integração dos trabalhos do CNRH e do CONAMA. Foi citado o caso da proposta de resolução, em elaboração por Grupo de Trabalho da CT de

Controle Ambiental, do CONAMA, que dispõe sobre a compatibilização dos procedimentos de outorga e licenciamento ambiental; foi ressaltado que a discussão do tema, na CTPOAR, ocasionaria a integração entre os dois conselhos. O Dr. Julio Thadeu citou também a existência de outros conselhos que publicam resoluções sem se preocupar com possíveis interferências em outras áreas; disse que a Ministra do Meio Ambiente já estaria preocupada com a questão da integração CNRH/CONAMA. O Dr. Jessé disse que reuniões conjuntas de Câmaras Técnicas dos dois Conselhos deveriam ocorrer regularmente, para tratar de assuntos de abrangência comum. O Dr. Roberto lembrou que o CNRH tem atribuição normativa e deveria se articular apenas com conselhos que teriam competências semelhantes. O Dr. Julio Thadeu disse que a Secretaria Executiva deveria acompanhar as deliberações de outros conselhos, em matérias que se relacionassem com recursos hídricos. A Dra. Patrícia se referiu à Resolução nº 130, de 5 de dezembro de 2002, da ANA, que estabelece normas de aplicação das receitas arrecadadas com a cobrança pelo uso da água, e questionou se não estariam ocorrendo outras sobreposições normativas como essa; sugeriu que o CNRH promovesse mecanismos para regulamentar as respectivas competências normativas. Face ao exposto anteriormente, O Dr. Cabral lembrou que o inciso V, do art. 35, da Lei nº 9.433, de 1997, estabelecia que competia ao CNRH “analisar propostas de alteração da legislação pertinente a recursos hídricos e à Política Nacional de Recursos Hídricos”. Após debates, ficou definido que o Dr. Cabral, em conjunto com o Dr. Walter, elaboraria proposta de minuta de resolução para este tema. O Dr. Décio disse que, considerando a inexistência de mecanismos de penalização para conflitos entre CNRH e demais órgãos quanto à normatização, para os casos relacionados à cobrança, a cartilha em elaboração na CTCOB poderia abordar caminhos alternativos para resolvê-los. O Dr. Julio Thadeu pediu para constar nos itens a serem objeto de discussão mais três tópicos: **9-Bacias Transfronteiriças; 10-Questão indígena/FUNAI; e 11-Sistemas Estuarinos e Zonas Costeiras.** O Dr. Julio Thadeu precisou ausentar-se e o Dr. Wilson assumiu a condução da reunião. Em face dos trabalhos intensos decorrentes das discussões sobre temas preliminares à revisão da Resolução nº 5, o Dr. Wilson propôs que fossem revistas as incumbências dos membros da Câmara, para a próxima reunião, bem como os assuntos a serem tratados, a saber: a) criado GT formado pela Dra. Patrícia e Dr. Wilson para formular um questionário para instigar as discussões nas assembléias sobre as regras para a escolha dos representantes do setor; b) A Dra. Patrícia se comprometeu a redigir uma primeira minuta sobre o item: *6- estratégias para implementação do SINGREH (estrutura institucional dos Estados)*; c) A Dra. Maria Luíza e o Dr. Wilson ficaram de redigir proposta de resolução tratando da abrangência das resoluções do CNRH, e sua aplicação pelos estados; d) O Dr. Décio, a pedido do Dr. Wilson, se comprometeu a redigir uma itemização sobre o tema proposto por ele, referente a geopolítica da água; e) O Dr. Cabral e o Dr. Walter se comprometeram a trazer uma minuta para discussão sobre a necessidade de a ANA enviar suas resoluções ao CNRH (inciso V, do art. 35, da Lei nº 9.433, de 1997); f) discussão dos três itens acima propostos pelo Dr. Julio Thadeu. Nada mais havendo foi encerrada a reunião às 17:30 h.

Aprovada na 43ª reunião, realizada em 19 e 20 de fevereiro de 2003.

JULIO THADEU S. KETTELHUT
Presidente

LUIZ CLÁUDIO DE CASTRO FIGUEIREDO
WILSON DE AZEVEDO FILHO
Relatores